

Déficit sobrevive à reforma aprovada

Mesmo que o Congresso ratifique as mudanças, INSS deve fechar 99 com rombo de R\$ 9,1 bi

Vicente Nunes e Deise Leobet
de Brasília

Do jeito que foi aprovada no Congresso na semana passada, a reforma da Previdência Social não será suficiente para zerar o déficit de caixa do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Ainda que todas as mudanças ratificadas na semana passada pelo Congresso sejam colocadas em prática, o INSS deverá fechar 1999 com um rombo de R\$ 9,1 bilhões, previu o secretário-executivo do Ministério da Previdência, José Cechin. Na verdade, as alterações a serem feitas pelo governo permitirão uma economia de R\$ 1,7 bilhão nas despesas no ano que vem. Ou seja, ajudarão apenas reduzir o déficit.

É por isso que o governo não poupará esforços para, no início do próximo ano legislativo, em fevereiro, colocar em votação a emenda que fixa idades mínimas para a aposentadoria dos trabalhadores da iniciativa privada. Segundo Cechin, é fundamental que o governo aprove o limite de idade de 55 anos para as mulheres e de 60 anos para os homens, como forma de equilibrar as contas da Previdência.

“Caso não consigamos aprovar a idade mínima, o máximo que acontecerá é a estabilização do déficit da Previdência a partir de 2003. Mas se

essa medida passar pelo Congresso, posso assegurar que, em no máximo nove anos, depois da aprovação, o buraco no caixa da Previdência será fechado. Receitas e despesas se equilibrarão”, garantiu Cechin.

Ele reconhece, porém, que não será tarefa fácil para o governo aprovar, mesmo com 40% do Congresso renovado, uma medida que já foi derrubada na Câmara no primeiro semestre deste ano, durante a votação da emenda. “Ficou faltando um pé da reforma”, afirmou o secretário, certo de que os números

cada vez mais ruins e a maior conscientização da sociedade sobre os problemas da Previdência pesarão a favor do governo.

Pelas contas de Cechin, a fixação do limite de idade aos trabalhadores do setor privado resultará em uma economia de quase R\$ 25 bilhões aos cofres da Previdência em 2009. Caso a emenda seja mantida do jeito que foi aprovada pelo Congresso, o impacto positivo no INSS cai para R\$ 11 bilhões. “É fundamental conseguirmos restabelecer a idade mínima para garantir a isonomia com os ser-



José Cechin

vidores públicos e uma forma de justiça para quem está no mercado de trabalho”, disse. Segundo ela, o governo vai brigar pela aprovação, no Senado, do redutor de 30% para quem ganha acima de R\$ 1.200,00.

Enquanto se prepara para a batalha dos próximos dias, quando o governo terá de aprovar três medidas provisórias antes de promulgar a reforma da Previdência Social, Cechin dá um aviso aos servidores públicos: “Com a entrada em vigor da novas regras, eles terão de optar entre duas variáveis na hora de definir o valor das aposentadorias. Ou aumentam o valor das contribuições para se aposentar mais cedo, ou permanecem mais tempo no emprego pagando uma alíquota menor”.

O secretário disse que, a princípio, os servidores que estão na ativa poderão se aposentar com salário integral. Mas ressaltou que o Artigo 40 da Constituição garante aos servidores um regime de previdência de caráter contributivo e determina que sejam preservados os aspectos financeiros e atuariais do sistema.

Quer dizer: se quiser garantir uma

aposentadoria melhor, sem que isso represente um aumento no déficit da Previdência do setor público, o servidor terá que pagar mais por isso. “Não estamos falando de nenhuma punição ao funcionalismo. Basta, para isso, fazer uma comparação entre o que ganham os servidores e o que recebem os trabalhadores da iniciativa privada. A média salarial do funcionalismo é de R\$ 1,6 mil por mês, quatro vezes mais do que a média dos trabalhadores privados”, afirmou Cechin.

O secretário-executivo do Ministério lembrou que, após a promulgação da reforma da Previdência, o governo não correrá mais o risco de pagar aposentadorias milionárias aos novos servidores. É que, com as mudanças na lei, o teto da aposen-

tadoria para o funcionalismo será de R\$ 1.200, o mesmo da iniciativa privada.

Caso queira aumentar o valor de seu benefício, o servidor terá de

contribuir com um fundo de pensão. Esse fundo ainda terá de ser regulamentado. O governo tem 90 dias, a partir da promulgação da emenda da Previdência, para enviar ao Congresso projeto de lei complementar.

O desenho desse fundo está em estudo. Uma coisa, porém, é certa: a contribuição do Tesouro será de, no máximo, R\$ 1 para cada R\$ 1 desembolsado pelo servidor.

“É fundamental restabelecer a idade mínima e garantir isonomia com servidores e a justiça no mercado”

“Caso não consigamos a idade mínima, a estabilização do déficit da Previdência Social ocorrerá a partir de 2003”